



CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº32234/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamento de tecnologia da informação para Câmara Municipal de Guaíba, com entrega única, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Workstation Intermediário: Requisitos mínimos: <ul style="list-style-type: none">•Processador Intel® Core™ Ultra 9 285 ou equivalente;•Placa de vídeo NVIDIA® RTX™ 2000 Ada, 16 GB GDDR6, com no mínimo 4 saídas DisplayPort nativas ou equivalente;•Memória de 64GB (2x32GB) DDR5, 5600 MT/s, UDIMM, sem ECC;•Armazenamento: 2x SSD de 1TB Gen4 PCIeNVMe TLC M.2 2280, compatível com SED;•Conectividade RAID 1 para disco;•Placa-mãe do próprio fabricante do equipamento, não sendo aceitas placas genéricas, com BIOS desenvolvida pelo fabricante;•TPM 2.0 integrado;•Gerenciamento remoto fora de banda (out-of-band), permitindo acesso remoto à BIOS, POST, inventário de hardware e controle de energia, independentemente do sistema operacional;•Teclado multimídia;•Mouse;•Fonte de alimentação original do fabricante, com potência mínima de 500W e certificação 80 Plus Platinum;•Sistema operacional: Windows 11 Pro, original de fábrica;•Economia de energia: qualificação ENERGY STAR;•Certificação EPEAT (Gold) e ISV;•Intrusion switch (sensor de abertura de gabinete);•Alto-falante interno;•Portas e conectividade:<ul style="list-style-type: none">- Mínimo de 8 portas USB no total;- Mínimo de 4 portas USB 3.2 ou superior;- Mínimo de 2 portas USB Type-C;	Unidade	01	R\$ 35.574,04	R\$ 35.574,04

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/05/2026 11:41 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p50aa26a0976c5>





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	<ul style="list-style-type: none">- 1 porta RJ45 Gigabit Ethernet;- Conectividade Wi-Fi e Bluetooth integrados;• Equipamento obrigatoriamente de linha corporativa (workstation), do fabricante, não sendo aceitos equipamentos de linha doméstica, gamer, montados ou customizados;• O modelo ofertado deverá possuir partnumber identificável e constar no site oficial do fabricante com ficha técnica pública;• Monitores (2 unidades do mesmo fabricante):<ul style="list-style-type: none">- Tamanho mínimo: 23.8"- Tipo de painel: IPS- Proporção: 16:9- Resolução: 1920 x 1080 a 100 Hz- Brilho: mínimo 250 cd/m²- Contraste: mínimo 1000:1- Suporte de cores: 16,7 milhões- Gama de cores: 99% sRGB- Tempo de resposta: 8 ms (Normal) ou inferior- Ângulo de visão: 178°/178°- Portas:<ul style="list-style-type: none">* 1 HDMI* 1 DisplayPort- Ajustes: altura, inclinação, rotação e pivot- Compatível com VESA- Cabos inclusos (energia e vídeo)- Certificações: ENERGY STAR e EPEAT• Garantia: 36 meses on-site. <p>Modelo de referência: Workstation Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 / Monitor Dell Pro 24 Plus P2425H.</p> <p>CATMAT:637211.</p>				

1.2. Em virtude de limitações no Catálogo do Portal Compras.gov.br -CATMAT OU CATSER, havendo divergência na descrição do(s) item(ns), prevalecerá a descrição contida neste Termo de Referência

1.3. Os equipamentos e acessórios deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a oferta de equipamentos resultantes de processo de recondicionamento e/ou remanufaturamento.

1.4. Não serão aceitos equipamentos montados, integrados ou customizados por revendedores, assistências técnicas ou empresas sem fabricação própria. O equipamento deverá ser fornecido por fabricante reconhecido no mercado, em linha corporativa, com marca única, modelo identificado e homologado de fábrica, contendo todos os componentes originais do fabricante.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 1.5. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2026 ou até o recebimento definitivo do objeto contratado, o que vier a ocorrer primeiro, não se eximindo o contratado de corrigir vícios decorrentes desta contratação.
- 1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução de Mesa nº 007/2022.
- 1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Com a crescente evolução das tecnologias e a constante necessidade de maior processamento, seja por atualização dos programas e/ou aumento da resolução dos vídeos gerados, o computador atualmente utilizado para a transmissão das sessões e eventos no Plenário não está conseguindo suportar as demandas necessárias do sistema de votação e de transmissão, que são utilizados em um único computador. Desta forma se faz necessária uma máquina com as configurações adequadas para que o processamento ocorra sem travamentos. Além disso, o computador deverá suportar no mínimo 4 saídas de vídeo, entrada do sistema de câmeras PTZ com controlador, sistema de transmissão de vídeo Xsplit e câmera exclusiva para a tradução simultânea em libras, bem como transmissão ao vivo para o YouTube, Facebook e gravação local. A empresa responsável pela transmissão, sugere que o equipamento possua preferencialmente processadores compatíveis com o programa Xsplit, armazenamento do tipo NVME e placa de vídeo preferencialmente do tipo RTX para melhor performance.
- 2.2. A definição da configuração técnica de referência para a presente contratação foi fundamentada em levantamento de mercado que identificou a existência de soluções equivalentes já utilizadas pela Administração Pública, inclusive com registro em Atas de Registro de Preços vigentes.
- 2.3. Assim, fica evidenciada a compatibilidade da solução com padrões adotados por outros órgãos públicos e assegura-se que os componentes especificados são comercialmente disponíveis e passíveis de fornecimento por empresas do setor.
- 2.4. Ressalta-se que a configuração adotada neste processo não possui caráter restritivo de marca, sendo utilizada exclusivamente como referência técnica de desempenho e qualidade, admitindo-se o fornecimento de equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendidos integralmente os requisitos estabelecidos.
- 2.5. Adicionalmente, a exigência de que o equipamento seja de fabricante reconhecido, pertencente à linha corporativa, e não do tipo montado ou integrado por terceiros, encontra respaldo nas práticas observadas em contratações públicas semelhantes, nas quais se busca garantir maior confiabilidade, padronização, suporte técnico especializado e garantia unificada.
- 2.6. A solução considera ciclo de vida maior que 5 anos, com RAID 1 para redundância e ENERGY STAR para eficiência e pós-aquisição com manutenção via garantia.
- 2.7. Dessa forma, a adoção da configuração de referência mostra-se tecnicamente justificada, alinhada às práticas da Administração Pública e adequada ao atendimento das necessidades desta Câmara Municipal.
- 2.8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A especificação do produto encontra-se no item 1.1 e visa atender às demandas da Câmara Municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação.

4.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação, nos casos em que houver.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A entrega dos produtos deverá ser realizada no Setor de Recursos Materiais deste órgão, localizado na Avenida Sete de Setembro, 325, Guaíba – RS, de forma única, conforme solicitação da Administração.

5.2. Os materiais serão entregues no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação da Administração.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Constatada qualquer irregularidade na entrega, a empresa contratada obrigará-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de sujeitar-se à aplicação de multas sobre o total da proposta e as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 155 e seguintes), suas alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor.

Garantia do Produto

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 5.15. O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do reparo e da disponibilidade do objeto em perfeito estado de uso nas instalações da Câmara.
- 5.16. O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail ou outro meio hábil de comunicação.
- 5.17. Para os equipamentos, a garantia, em todos os casos, engloba a proteção contra defeitos advindos da fabricação, montagem e desgaste excessivo.
- 5.18. Na entrega dos equipamentos, a contratada deverá apresentar a descrição detalhada dos equipamentos ofertados e anexar a respectiva documentação técnica para comprovação das especificações mínimas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias para aceite pela fiscalização do contrato, encaminhando para pagamento

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Notas Fiscais

7.17. Somente serão aceitas notas fiscais eletrônicas, conforme Protocolo ICMS 42/09, vigente desde 1º de dezembro de 2010 e incorporado ao Regulamento do ICMS do RS, em seu Livro II, Artigo 26-A, Inciso VIII

7.18. Deverá constar na nota fiscal o número do empenho correspondente, bem como, se optado pela transferência bancária, os dados bancários para pagamento (banco, agência, nº. da conta).

7.19. Na nota fiscal eletrônica do produto, se for o caso, deverá ser preenchido o número do código de barras (GTIN – Numeração Global de Item Comercial), conforme § 6º da Cláusula Terceira do Ajuste SINIEF 07/2005 do Conselho nacional de Política Fazendária – CONFAZ e da Receita Federal do Brasil. Esse procedimento visa qualificar o procedimento de liquidação da despesa, em especial ao regrado no art. 63, § 1º, inciso I da Lei 4.320/1964.

7.20. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou na que vier a substituí-la, sob pena de não aceitação por parte dos Órgãos e Entidades do Município de Guaíba.

7.21. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria, em horário de expediente. Caso o dia de pagamento seja feriado ou sem expediente na Câmara Municipal, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

Forma e Prazo de pagamento

7.22. Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária ou pagamento de boleto emitido pela contratada, conforme opção desta.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

8. FORMA ESCRITÓRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item, respeitando o valor unitário estimado.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será em entrega única nos termos do item 5.2 deste termo de referência.

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do estado/município relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda estadual/municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação consta no item 1.1.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Guaíba para o exercício de 2026.

- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 1 - Câmara Municipal de Guaíba

Unidade: 1 - Unidades Subordinadas

Ação: 4001 - Funcionamento do Legislativo

Elemento de Despesa: 34490520000000000000 – Equipamentos e Material Permanente

Recurso: 0500 – Recurso Livre





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Diretora Administrativa

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/05/2026 11:41 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p50aa26a0976c5>





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I

Descrição Técnica do Objeto:

Este Anexo I integra o Termo de Referência para fins de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Em caso de divergência entre este anexo e o item 1.1 do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no item 1.1.

11.1 Processador:

- 11.1.1. Quantidade de núcleos mínima: 24 núcleos (8 núcleos P + 16 núcleos E).
- 11.1.2. Nº de Performance-cores: 8.
- 11.1.3. Nº de núcleos eficientes: 16.
- 11.1.4. Velocidade da CPU: 5,7 GHz.
- 11.1.5. Total do cache: L2 de 40 MB.
- 11.1.6. Potência básica do processador 65 W.
- 11.1.7. Socket do tipo LGA 1851.

11.2. Memória Principal:

- 11.2.1. Memória RAM de 64GB ou composta por dois módulos de 32 GB sem ECC (Error Correcting Code).
- 11.2.2. Dotada com tecnologia DDR5, com velocidade mínima de 5600 MT/s em arquitetura UDIMM.

11.3. Placa-Mãe e BIOS

- 11.3.1. Placa-mãe de fabricação própria e exclusiva para a linha corporativa do fabricante, não sendo aceitas montagens de terceiros.
- 11.3.2. BIOS desenvolvida pelo próprio fabricante, com direito irrestrito de edição para fins de segurança e manutenibilidade.
- 11.3.3. Sistema de diagnóstico integrado acessível via teclas de função durante o boot, com interface gráfica operável por teclado e mouse.
- 11.3.4. Ferramenta nativa ou homologada de formatação segura de discos conforme padrões NIST 800-88 ou ISO/IEC 27040:2015.
- 11.3.5. Fabricante com registro "Promoter" no Unified Extensible Firmware Interface (UEFI) Fórum.

11.4. Armazenamento e Periféricos de Gabinete

- 11.4.1. 02 (duas) unidades de armazenamento SSD tipo NVMe PCIe Gen4 com capacidade mínima de 1 TB cada, configuradas em arranjo RAID 1 (espelhamento) para garantir a redundância e a integridade dos dados públicos armazenados.
- 11.4.2. Gabinete formato torre corporativa, com sistema de ventilação otimizado e montagem tool-less (sem ferramentas) para acesso interno e expansão de memória.
- 11.4.3. Fonte de alimentação bivolt (110/220 VAC) com 500 W de potência mínima e eficiência mínima de 92% (certificação 80 Plus Platinum ou superior).
- 11.4.4. Controlador de áudio de alta definição integrado, com alto-falante interno e conectores frontais (tipo combo aceito).

11.5. Especificação de Conectividade Wireless

- 11.5.1 Placa de rede sem fio (Wireless) integrada, modelo Intel® Wi-Fi 6/7 BE200 ou equivalente de mercado, operando nos padrões 802.11be, com tecnologia 2x2 e suporte a MU-MIMO; inclui módulo Bluetooth® versão 5.4 nativo.

11.6. Portas de Entrada e Saída

- 11.6.1. Painel Frontal: Deve possuir, no mínimo: 02 portas USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps, sendo uma com PowerShare), 01 porta USB 3.2 Type-C Gen 2 (10 Gbps), 01 porta USB 3.2 Type-C Gen 2x2 (20 Gbps com PowerShare) e 01 entrada global para headset.
- 11.6.2. Painel Traseiro: Deve possuir, no mínimo: 02 portas USB 2.0 com SmartPower, 02 portas USB 3.2 Gen 2 (10 Gbps), 01 porta USB 3.2 Type-C Gen 2x2 (20 Gbps), 01 porta Ethernet RJ45 (1 GbE) e 02 saídas DisplayPort 1.4a HBR3.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

11.6.3. Porta Opcional: Deve contemplar uma porta de expansão configurável capaz de suportar tecnologias como TBT4 (40 Gbps), saídas de vídeo adicionais (HDMI 2.1/DP 2.1) ou rede de alta velocidade (5Gbe/óptica).

11.7. Slots

11.7.1. A placa-mãe deve oferecer a seguinte capacidade interna:

11.7.1.1. Armazenamento: 04 baias para dispositivos SATA de 3,5" e 03 slots M.2 (02 slots PCIe Gen4 e 01 slot PCIe Gen5).

11.7.1.2. Conectividade e Gráficos: 01 slot PEG PCIe x16 Gen5 de altura completa, 01 slot PCIe Gen3 x4 (fechado), 01 slot PCIe Gen4 x4 (aberto) e 01 slot PCIe Gen3 x4 (aberto), todos de altura completa para garantir a modularidade e longevidade do equipamento.

11.8. Placa de Vídeo (GPU)

11.8.1. Placa de vídeo dedicada de arquitetura profissional, com, no mínimo, 16 GB de memória GDDR6, visando o suporte a múltiplas telas e aceleração de hardware para softwares de transmissão, edição de vídeo e processamento gráfico.

11.8.2. A solução deve oferecer, nativamente ou mediante adaptadores inclusos, suporte para, no mínimo, 04 (quatro) monitores simultâneos via saídas DisplayPort ou equivalentes.

11.8.3. Para garantir a compatibilidade e o desempenho esperado, o componente deverá ser equivalente ou superior à NVIDIA RTX 2000 Ada, devendo ser fornecido pelo mesmo fabricante da workstation (regime de homologação de fábrica), garantindo suporte técnico unificado e driver estável.

11.9. Monitores

11.9.1. Conjunto composto por dois monitores, do mesmo fabricante da workstation (regime ODM, não sendo aceito OEM ou personalizações), atendendo obrigatoriamente às seguintes características:

11.9.1.1. Dimensões e Painel: Tamanho mínimo de 23,8", tipo de painel IPS, proporção de 16:9, ângulo de visão de 178°/178° (horizontal/vertical).

11.9.1.2. Resolução e Performance: Resolução Full HD (1920 x 1080) com taxa de atualização mínima de 100 Hz.

11.9.1.3. Qualidade de Imagem: Brilho mínimo de 250 cd/m², contraste estático mínimo de 1500:1, suporte a 16,7 milhões de cores e cobertura de 99% da gama de cores sRGB.

11.9.1.4. Tempo de Resposta: Máximo de 8 ms (modo normal) e 5 ms (modo rápido).

11.9.1.5. Conectividade: Portas mínimas: 1x HDMI 1.4, 1x DisplayPort 1.4, 1x RJ45 (Ethernet), 2x portas USB 3.2 Type-C (sendo uma para dados/vídeo) e 3x portas USB 3.2 Type-A.

11.9.1.6. Acessórios Inclusos: Cabo de força, cabo DisplayPort e cabo USB Type-C, compatíveis com os padrões descritos.

11.9.1.7. Ergonomia e Montagem: Suporte com ajustes de altura, inclinação, rotação e giro; compatibilidade com padrão de montagem VESA 100x100 mm.

11.9.1.8. Energia: Consumo máximo de operação de até 180 W.

11.10. Periféricos de Entrada

11.10.1. Teclado padrão ABNT-II, conexão USB, com teclas de atalho Windows, bloco numérico separado e gravação de caracteres permanente.

11.10.2. Mouse laser USB, com 3 botões (incluindo scroll), resolução mínima de 1.600 dpi, na mesma cor e marca da workstation.

11.11. Sistema Operacional e Garantia

11.11.1. Licença OEM de fábrica para Windows 11 Professional 64 bits em português brasileiro.

11.11.2. Acompanha software original do fabricante para gerenciamento unificado de periféricos e monitores.

11.12. Certificações e Conformidade

11.12.1. Eficiência Energética: O equipamento deve possuir qualificação ENERGY STAR® vigente.

11.12.2. Sustentabilidade: Registro na certificação EPEAT® 2018 (nível Ouro) ou superior.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

11.12.3. Certificação ISV: O equipamento deve possuir certificação de Fornecedor Independente de Software (ISV), assegurando a compatibilidade, estabilidade e performance otimizada para aplicações profissionais de edição e transmissão de mídia.

11.13. Segurança e Manutenção Física

11.13.1. Proteção de Ativos: O gabinete deve possuir sensor de intrusão (*Intrusion Switch*) e sistema de retenção de HDD/SSD, visando a proteção física dos componentes e a preservação da integridade dos dados públicos armazenados.

11.13.2 Gerenciamento Térmico: O sistema de arrefecimento deve ser composto por *Cooler* de ar de CPU padrão, dimensionado pelo fabricante para garantir a dissipação térmica eficiente sob carga de trabalho contínua.

11.14. Garantia

11.14.1 Garantia de hardware e Software: On-Site de 36 meses.

